



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

LEI N° 1.465 DE 25 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Volta Grande aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento às disposições da Constituição Federal, Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Volta Grande para o exercício de 2016, compreendendo:

- I** - prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II** - estrutura do orçamento municipal;
- III** - elaboração, alteração e execução orçamentária;
- IV** - despesas de pessoal e encargos sociais;
- V** - condições para concessão de recursos públicos;
- VI** - alterações na legislação tributária;
- VII** - disposições sobre a dívida pública municipal; e
- VIII** - disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta Lei, os seguintes Anexos:

- a) prioridades e metas elaboradas em conformidade com as disposições do Plano Plurianual – PPA 2014-2017;





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

b) metas fiscais elaboradas em conformidade com os §§1º e 2º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

c) riscos e eventos fiscais elaborados em conformidade com o §3º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2016, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional e legal do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades municipais, são as constantes do Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos na lei orçamentária de 2016 e na sua execução, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§ 1º - O Orçamento Anual será elaborado em consonância com as prioridades e metas de que trata o *caput* desse artigo e deverão estar adequadas ao Plano Plurianual – PPA 2014-2017.

§ 2º - Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício financeiro de 2016, o Poder Executivo poderá alterar as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades estabelecidas.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 3º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e será elaborado levando-se em conta à estrutura organizacional do Município e suas possíveis alterações.

Art. 4º - A proposta orçamentária do Município evidenciará as receitas por rubricas e suas respectivas despesas, por função, sub função, programa, projetos, atividades e operações especiais de cada unidade gestora e conterá:

I - mensagem encaminhando o projeto de lei;

II - texto da lei;

III - demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

IV - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

V - quadro das dotações por órgãos de governo e administração;

VI - demonstrativo da despesa por órgãos e funções;

VII - programa de trabalho através da funcional programática; e

VIII - demonstrativo da despesa segundo sua natureza.

Art. 5º - Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2016 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

CAPÍTULO IV DA ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 6º - A proposta orçamentária do Município, relativa ao exercício financeiro de 2016, deverá ser elaborada em conformidade com os diversos





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o de igualdade, prioridade de investimentos nas áreas sociais, austeridade na gestão dos recursos públicos, modernização na ação governamental, transparéncia na elaboração e execução do orçamento.

Art. 7º - O Poder Legislativo elaborará seu detalhamento de despesas para o exercício financeiro de 2016, observadas as determinações contidas nesta Lei e no art. 29-A da Constituição Federal, devendo encaminhá-lo ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo de remessa da proposta orçamentária a Câmara Municipal.

Art. 8º - As emendas ao projeto de lei orçamentária devem obedecer ao disposto no art. 166, §3º, da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do art. 160 da Constituição do Estado e não poderão indicar recursos provenientes de anulação das seguintes despesas:

- I** - dotações com recursos vinculados;
- II** - dotações referentes à contrapartida;
- III** - dotações referentes a obras em andamento; e
- IV** - dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais.

Art. 9º - A proposta orçamentária de 2016 contemplará autorização ao Chefe do Poder Executivo municipal para abertura de créditos adicionais suplementares, observando o disposto na Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, visando:

- I** - criar, quando for o caso, natureza de despesa em categoria de programação já existente;
- II** - movimentar, internamente, o Orçamento quando as dotações existentes se mostrarem insuficientes para a realização de determinadas despesas; e
- III** - incorporar valores que excedam às previsões constantes da Lei Orçamentária de 2016.

Art. 10 - O Poder Executivo poderá, mediante lei específica, transpor, remanejar e transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2016 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no parágrafo único do art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2016 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 11 - O Governo Municipal destinará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e das transferências federais e estaduais de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, como estabelece o artigo 212 da Constituição Federal e Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Parágrafo único. O Município aplicará parte dos recursos a que se refere o *caput* deste artigo, na manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, nos termos estabelecidos no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Art. 12 - A proposta orçamentária consignará previsão de recursos para financiamento das ações e serviços públicos de saúde no ano de 2016, no mínimo, de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, I, b e § 3º, da Constituição Federal.

Art. 13 - O Orçamento de 2016 deverá conter Reserva de Contingência, limitada a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais, dentre outros imprevistos e imprevisíveis.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do Poder Público.

Art. 14 - Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

Art. 15 - Até 30 (trinta) dias após a aprovação e publicação da Lei Orçamentária de 2016, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, bem como as metas bimestrais de arrecadação.

Parágrafo único. O cronograma anual de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos, respeitado o limite constitucional, o prazo mensal e a proporção fixada na Lei Orçamentária de 2016, em observância as regras dispostas nos incisos I a III do art. 2º do art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 16 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, os Poderes Executivo e Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2016.

§ 1º - Excluem do *caput* deste artigo às despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e para movimentação financeira.

§ 3º - Para efeito de aplicação deste artigo serão considerados, preferencialmente, os recursos orçamentários destinados às despesas de capital e às despesas correntes que não são afetas a serviços básicos.

§ 4º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 17 - Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Art. 18 - A destinação de recursos para novos projetos somente será permitida depois de adequadamente atendidos os projetos em andamento e as





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

despesas de conservação do patrimônio, salvos os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

CAPÍTULO V DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 19 - Para efeito do disposto nos artigos 37, V e X e 169, §1º, inc. II, da Constituição Federal, bem como a Lei Complementar nº 101, de 2000, fica estabelecido que a Administração Direta e Indireta, e o Poder Legislativo, poderão criar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreira, realizar concurso público, conceder qualquer vantagem, corrigir, reajustar ou aumentar a remuneração dos servidores públicos municipais e admitir pessoal, mediante lei e havendo prévia dotação orçamentária suficiente para atendimento da respectiva despesa, em observância aos limites constitucionais e legais.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes dos atos dispostos no *caput* deste artigo deverão estar previstos no Orçamento de 2016 ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 20 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, não excederá os limites de 54% (cinquenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, observada os limites prudenciais.

Art. 21 - No exercício financeiro de 2016 a realização de hora extra, quando a despesa com pessoal houver excedido o limite disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente poderá ocorrer nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente.

Art. 22 – Serão considerados contratos de terceirização de mão-de-obra, para efeito do disposto no §1º do art.18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, as despesas provenientes de contratação de pessoal para substituição de servidores pertencentes a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal de órgão ou entidade, desde que haja vacância dos cargos a serem substituídos, sendo tais despesas contabilizadas como Outras Despesas de Pessoal.

CAPÍTULO VI DAS CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

Art. 23 - O Poder Executivo poderá, mediante autorização legislativa específica, transferir recursos do Tesouro Municipal, a título de subvenção





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

social, às entidades sem fins lucrativos, as quais desenvolvam atividades nas áreas social, médica, educacional, cultural e desportiva, desde que estejam legalmente constituídas.

§ 1º - As entidades beneficiadas nos termos do *caput* deste artigo deverão prestar contas dos recursos recebidos ao Poder Executivo.

§ 2º - Fica vedada à concessão de subvenção a entidades que não cumprirem as exigências do §1º deste artigo, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo.

Art. 24 - O Poder Executivo poderá destinar recursos para pessoas físicas ou jurídicas situadas no Município, visando cobrir suas necessidades ou déficit, respectivamente, observadas as disposições contidas em lei municipal específica.

Art. 25 - A Lei Orçamentária conterá dotação para acobertar despesas com contribuições a entidades que visem o desenvolvimento municipal ou regional.

CAPÍTULO VII DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 26 - Qualquer Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivos, isenção ou benefícios de natureza tributária ou financeira, que gere efeitos sobre a receita estimada para o Orçamento de 2016, deverá, para sua aprovação, observar os termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no que couber.

Art. 27 - O Chefe do Poder Executivo, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nesses casos, serem considerados os cálculos da estimativa da receita.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28 - A administração da dívida pública municipal interna ou externa terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

Art. 29 - Observada a legislação vigente, o Município poderá realizar operações de crédito destinadas a financiar despesas de capital previstas no Orçamento.

Art. 30 - As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica e constar do Orçamento Anual para 2016.

Art. 31 - A Lei Orçamentária de 2016 poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receitas, assumidas a partir do dia 10 de janeiro, com quitação integral até o dia 10 de dezembro de 2016.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 - A despesa de competência de outros entes da Federação só será assumida pelo Município quando firmado convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, previsto recurso na lei orçamentária e que visem ao desenvolvimento municipal.

Art. 33 - A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

Art. 34 - A Proposta Orçamentária do Município, relativa ao exercício de 2016, deverá ser elaborada de conformidade com o princípio de transparência dos atos de gestão, além dos princípios contábeis geralmente aceitos, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas à elaboração, execução e acompanhamento do orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

Parágrafo único. São instrumentos de transparência dos atos de gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I – o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;

II – os relatórios resumidos da execução orçamentária;

III – os relatórios de gestão fiscal;

IV – o balanço geral anual;

V – as audiências públicas; e





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

VI – as leis, os decretos, as portarias e demais atos do Executivo.

Art. 35 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2016 não seja devolvido até 31 de dezembro de 2015 ao Poder Executivo para sanção, até que o mesmo o seja, a programação dele constante poderá ser executada à razão de 1/12 (um doze avos).

Art. 36 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Volta Grande, 25 de junho de 2015.

Eliana Quintão Cardoso
Prefeita Municipal

PUBLICADO EM	
<hr/> <hr/>	
RETIRADO EM	
<hr/>	
Prefeitura Municipal de Volta Grande	



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE

ANEXO I – Metas e Prioridades

CÂMARA MUNICIPAL

1 - REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

AQUIS.DE EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSILIOS

AQUIS.IMÓVEIS P/AMPL.SEDE CAMARA MUNICIPAL

ASSINATURAS DE JORNais E REVISTAS

COMEMORAÇÕES,HOSP,FESTIV,MEDALHAS/TROFÉUS,SOLEN.

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO/REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL

CONTRIBUIÇÕES A A.M.M. E IBAM

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

MANUT. ATIVIDADES DA MESA DA CÂMARA

MANUT. DAS ATIVIDADES DA CÂMARA

MANUT. DIVULGAÇÃO DE ATOS DO LEGISLATIVO

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO C.P.D.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE

1 - ENCARGOS ESPECIAIS

AMORTIZAÇÃO DO PARCELAMENTO DO PASEP

AMORTIZAÇÃO DO PARCELAMENTO INSS

CONTRIBUIÇÕES AO PASEP

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS

2 - REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ASSESSORAMENTO

ENCARGOS COM RECEPÇÕES, HOMENAGENS E HOSPEDAGENS

GESTÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DA PREFEITA

PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS AGENTES POLÍTICOS

3 - GESTÃO ADMINISTRATIVA TRANSPARENTE

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ ADMINISTRAÇÃO

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P/ SETOR ADMINISTRATIVO

ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FAZENDA

CONTRIBUIÇÕES A A.M.M.

CONTRIBUIÇÕES A C.N.M.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

CONVENIOS COM POLÍCIAS CIVIL, FLORESTAL E MILITAR

DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS

GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE

GESTÃO ADMIN. SECRETARIA. CULTURA/ESPORTE/LAZER

GESTÃO ADM. SECRETARIA. ASSISTENCIA SOCIAL

PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

REFORMAS EM PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

REGULARIZ. DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

SECRETARIA MUNICIPAL DE MERENDA ESCOLAR

4 - INFRA-ESTRUTURA URBANA/VOLTA GRANDE ACONTECENDO

AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS/ VEÍCULOS SERV. DE OBRAS

CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS

CONST./REFORMA PRAÇAS/PARQUES E JARDINS





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

CONSTRUÇÃO E REFORMA DA CAPELA MORTUÁRIA
DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
EXTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS
MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E DISTRITAL
MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MAQU E VEIC PESADOS
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA
PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS

5 - SANEAMENTO DE QUALIDADE

AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTEC. DE ÁGUA
AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE DE ESGOTOS
AQUISIÇÃO DE EQUIPTOS. P/ LIMPEZA PÚBLICA
ESCOAMENTO PLUVIAL
MANUTENÇÃO DO SISTEMA ABASTECIMENTO D'ÁGUA
MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ESGOTOS
REALIZAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO

6 - ECOGRANDE

CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO
DRENAGENS E LIMPEZA DE RIOS
MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE MEIO AMBIENTE

7 - VG CONECTADA

MANUT. TORRE REP. SINAIS DE TV/ INTERNET/CELULAR

8 - ACESSO GARANTIDO

CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

CONSTR. E REFORMA DE PONTES E PASSAGEM DE GADO

OBRAS DE MELHORAMENTOS EM ESTRADAS VICINAIS

9 - SAÚDE ACONTECE

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E AMBULÂNCIA

CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

CONTRATO DE RATEIO CISDESTE

CONTRATO DE RATEIO CISUM

CONTRIBUIÇÃO AO HOSPITAL SÃO SALVADOR

CONVENIO COM A CASA DE SAÚDE PIO XII

CONVÊNIO COM FUND. MUN DE SAÚDE DE PIRAPETINGA

CONVÊNIO COM HOSPITAL SÃO JOSÉ HAVAI

CONVÊNIO COM HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO

CONVÊNIO COM O HOSPITAL SÃO SALVADOR

DESENVOLVIMENTO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

DESENVOLVIMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESENVOLVIMENTO DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

INSTALAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE

MANUT. DAS ATIVIDADES DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA

MANUTENÇÃO DA UNIDADE HOSPITALAR

PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA

PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL

PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

SUBVENÇÃO A FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA

TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

10 - UNI-EDUCANDO

APOIO AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE
APOIO AO ENSINO SUPERIOR
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ EDUCAÇÃO BÁSICA
AQUISIÇÃO DE EQUIPTOS. P/ EDUCAÇÃO INFANTIL
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR
CONSTR., AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLA ENSINO INFANTIL
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR A ALUNOS
REMUN. PROFISSIONAIS DO ENS.FUNDAMENTAL-60%
REMUN.PROFISSIONAIS ENSINO INFANTIL-60%

11 - DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

APOIO E REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÕES
AQUISIÇÃO DE TERRENO P/ PARQUE DE EXPOSIÇÕES
AQUISIÇÃO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS P/AGRICULTURA
CONTRIBUIÇÕES À EMATER
DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

12 - TURISMO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL

13 - CULTIVANDO A SAÚDE ATRAVÉS DA ALIMENTAÇÃO

AQUISIÇÃO DE EQUIP E UTENSILIOS P/MERENDA ESCOLAR
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

14 - CULTURA VIVA

- AQUISIÇÃO DE ACERVO E EQUIPAMENTOS P/ BIBLIOTECA
- CONTRIBUIÇÃO ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS ARTE E CULTURA
- DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DO TELE-CENTRO
- FUNDAÇÃO CULTURAL HUMBERTO MAURO
- MANUTENÇÃO E APARELHAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL
- PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL
- PRODUÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS VARIADOS
- REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES E COMEMORAÇÕES
- SUBVENÇÃO A SOCIEDADE 17 DE DEZEMBRO

15 - BOLA PRA FRENT

- ATIVIDADES DO ESTÁDIO MUNICIPAL E ÁREAS DE ESPORTE
- OBRAS DE MELHORAMENTOS EM ESTÁDIOS E QUADRAS
- SUPORTE SOCIAL A MODALIDADES ESPORTIVAS

16 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
- BENEFÍCIOS EVENTUAIS E EMERGENCIAIS
- CONSTRUÇÃO DO CRAS
- GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA IGD
- MANUT. DAS ATIVIDADES DO CRAS/PAIF
- MANUT. DOS SERVIÇO DE ACOLHIMENTO/CASA LAR
- MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
- PROGRAMA BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
- SERV. DE CONV. E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL

SUBVENÇÃO A APAE

SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO ANTONIO A. QUINTÃO

SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO MORADA SÃO GERALDO

SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO VILA BEIRA RIO

SUBVENÇÃO À ASSOC. MORADORES BAIRRO BONSUCESSO

SUBVENÇÃO À ASSOC. MORADORES DO BAIRRO VILA MARIA

SUBVENÇÃO À ASSOC. MORADORES DO BAIRRO YBITYRANA

SUBVENÇÃO AO GRUPO REVIVER DA 3ª IDADE

SUBVENÇÃO A SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULA

TRANSPORTE DE ALUNOS ESPECIAIS PARA APAE

17 - FILHOS DA TERRA

APOIO AO ARTESÃO E ARTISTA PLÁSTICO

18 - MUSEU TÔ DENTRO

MANUTENÇÃO DOS MUSEUS E SALAS

19 - DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

IMPLEMENTAÇÃO DA ÁREA INDUSTRIAL

20 - MORAR MELHOR

AQUISIÇÃO DE TERRENO P/ CONSTR. DE CASAS POPULARES

CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CASAS POPULARES

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO



Prefeitura de Volta Grande
Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

MUNICÍPIO VOLTA GRANDE

Anexo II

Metas Fiscais

LDO 2016



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016 ANEXO II METAS FISCAIS

Em atendimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e em conformidade com o determinado na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 637, de 18 de outubro de 2012, o presente Anexo de Metas Fiscais contém os seguintes demonstrativos:

Demonstrativo 1 – Metas Anuais;

Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais fixadas nos três exercícios anteriores;

Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo 6 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Demonstrativo 7 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

1. Metas Anuais

1.1. Metas Anuais de 2016 a 2018

O demonstrativo em análise estabelece as metas de resultado primário e nominal da Administração Municipal de Volta Grande, Minas Gerais, para o exercício de 2015 e indicando as metas para 2016 e 2017 em valores correntes e constantes, destacando receitas e despesas, totais e primárias, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida.

As metas indicadas para os anos de 2016 e 2017 deverão ser revistas nas próximas proposições de suas diretrizes orçamentárias.

MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

ANEXO DE METAS FISCAIS

Metas Anuais

2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (b)	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (c)	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (d)	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	19.170.000	18.084.906	-	20.726.604	18.446.604	-	22.409.605	18.815.536	-
Receitas Primárias (I)	18.836.464	17.770.249	-	20.365.985	18.125.654	-	22.019.703	18.488.167	-
Despesa Total	19.170.000	18.084.906	-	20.726.604	18.446.604	-	22.409.605	18.815.536	-
Despesas Primárias (II)	19.052.543	17.974.098	-	20.599.610	18.333.580	-	22.272.298	18.700.251	-
Resultado Primário (III)									
= (I - II)	(216.079)	(203.848)	-	(233.625)	(207.925)	-	(252.595)	(212.084)	-
Resultado Nominal	117.433	110.786	-	130.128	115.814	-	144.065	120.960	-
Dívida Pública Consolidada	37.534	35.409	-	122.986	109.457	-	220.322	184.987	-
Dívida Consolidada Líquida	1.016.050	958.538	-	1.146.514	1.020.394	-	1.290.932	1.083.891	-

Nota: PIB Estadual projetado não divulgado

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- a) Receitas primárias: correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações.
- b) Despesas primárias: correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- c) Resultado primário: é o resultado entre as receitas primárias menos as despesas primárias. Indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias.



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

d) Resultado nominal: representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

e) Dívida pública consolidada: corresponde ao montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação decorrente de emissão de títulos, assumidos em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; e dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

f) Dívida consolidada líquida/DCL: corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros líquidos dos restos a pagar processados.

1.2. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais

O cálculo das metas descritas no Demonstrativo I foi realizado considerando-se os seguintes parâmetros macroeconômicos, constantes do Relatório Focus do Banco Central de Brasil, de 20 de março de 2015:

Parâmetros Macroeconômicos

Variáveis	2015	2016	2017	2018
PIB (% de crescimento)	1,70	2,00	2,00	2,00
IPCA (%)	6,49	6,00	6,00	6,00
IGP-M (%)	5,88	5,74	5,74	5,74
Meta Taxa Selic - média do período (% a.a.)	13,13	12,00	12,00	12,00
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,15	2,90	2,90	2,90

Para efetuar o cálculo em valores constantes de 2016, os valores correntes foram deflacionados com base nas variações previstas para o Índice de Preço ao Consumidor Amplo/ IPCA, destacados na tabela acima.

1.2.1. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

As metas anuais de receitas do Município de Volta Grande/MG foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Total de Receitas

Especificação	Valores nominais		
	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES	17.859.970	19.310.200	20.878.188
Receitas Tributárias	487.212	526.773	569.547
Receitas de Contribuições	207.909	224.792	243.045
Receitas Patrimoniais	53.536	57.883	62.583
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	53.536	57.883	62.583
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receitas de Serviços	100.881	109.073	117.929
Transferências Correntes	16.912.679	18.285.989	19.770.811
Cota-Parte do FPM	8.554.247	9.248.852	9.999.858
Cota-Parte do ITR	5.373	5.810	6.281
Cota-Parte do ICMS Desoneração - LC 87/96	21.157	22.874	24.732
Cota-Parte do ICMS	3.466.103	3.747.551	4.051.852
Cota-Parte do IPI	58.302	63.036	68.154
Cota Parte do IPVA	244.669	264.537	286.017
Transferências do SUS	771.090	833.703	901.400
Transferências do FUNDEB	2.741.713	2.964.340	3.205.044
Outras Transferências Correntes	1.050.025	1.135.287	1.227.472
Outras Receitas Correntes	97.753	105.691	114.273
RECEITAS DE CAPITAL	3.780.000	4.086.936	4.418.795
Operações de Crédito	200.000	216.240	233.799
Alienações de Bens	80.000	86.496	93.519
Transferências de Capital	3.500.000	3.784.200	4.091.477
Outras Receitas de Capital	-	-	-
DEDUÇÃO FUNDEB	(2.469.970)	(2.670.532)	(2.887.379)
TOTAL	19.170.000	20.726.604	22.409.605

As descrições seguintes apresentam a metodologia e o cálculo das principais fontes de receitas do Município:

1.2.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes são ingressos de recursos financeiros, que podem ser arrecadados no próprio Município ou recebidos por meio de transferências da União ou do Estado, por exemplo.





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

A base das projeções desta categoria de receitas são as variáveis macroeconômicas citadas, sobretudo os comportamentos esperados para o PIB e para a inflação nos períodos vindouros, aplicados sobre a receita arrecadada em 2014 e a reestimativa da receita para 2016, conforme detalhado a seguir:

Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	13.716.614	-
2014	14.593.934	6,40
2015	15.985.825	9,54
2016	17.859.970	11,72
2017	19.310.200	8,12
2018	20.878.188	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

a) Receita Tributária:

A Receita Tributária de Volta Grande é composta por IPTU, Imposto de Renda Retido nas Fontes, ITBI, ISSQN e Taxas.

O aumento gradual e constante previsto para a Receita Tributária provém da expectativa de continuidade na política de intensificação da fiscalização tributária municipal.

A tabela a seguir mostra o valor arrecadado em 2013 e 2014 e o valor projetado para 2015 a 2018.

Receita Tributária		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	366.199	-
2014	408.974	11,68
2015	449.871	10,00
2016	487.212	8,30
2017	526.773	8,12
2018	569.547	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

A meta de arrecadação desta fonte de receita foi projetada tendo por base os valores arrecadados em 2014, atualizados pela variação estimada do IPCA e do PIB.

b) Receita de Contribuição:

Sua fonte de arrecadação no Município é a Contribuição para o Custo do Serviço de Iluminação Pública.

Com base no fluxo da arrecadação recente e em previsões sobre o desempenho futuro, estima-se a arrecadação no montante descrito na tabela a seguir:

Metas Anuais	Receita de Contribuições	
	Valor Nominal	Variação %
2013	144.474	-
2014	182.833	26,55
2015	191.975	5,00
2016	207.909	8,30
2017	224.792	8,12
2018	243.045	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual
2015-2018 Receita projetada

c) Receita Patrimonial:

Sua principal fonte de arrecadação é proveniente de recursos originados da remuneração de depósitos bancários.

As projeções foram realizadas considerando a arrecadação dos anos de 2013 e 2014, atualizados pela variação estimada do IPCA.

Metas Anuais	Receita Patrimonial	
	Valor Nominal	Variação %
2013	18.678	-
2014	47.079	152,05
2015	49.433	5,00
2016	53.536	8,30



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

2017	57.883	8,12
2018	62.583	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

d) Receita de Serviços:

As principais fontes de arrecadação da Receita de Serviços são compostas pelos serviços de coleta e destinação final de esgotos e serviços de saúde.

Considerando que estes serviços são reajustados pelo IPCA, os valores previstos para 2016 a 2018 foram estimados de acordo com sua variação e do PIB projetadas para o período.

Receita de Serviços		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	115.981	-
2014	88.714	(23,51)
2015	93.149	5,00
2016	100.881	8,30
2017	109.073	8,12
2018	117.929	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

e) Transferências Correntes:

Esta fonte de recursos inclui as transferências constitucionais, legais e voluntárias da União e do Estado de Minas Gerais, as transferências multigovernamentais e as transferências de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Os valores para 2015 a 2018 foram obtidos com base nas variações previstas para o Índice de Preço ao Consumidor Amplo/IPCA e o crescimento estimado do PIB, tomando-se como base a receita realizada em 2014.

Transferências Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	13.058.462	-
2014	13.780.371	5,53
2015	15.111.136	9,66





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

2016	16.912.679	11,92
2017	18.285.989	8,12
2018	19.770.811	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual
2015-2018 Receita projetada

A evolução desta fonte de receita tem apresentado uma performance positiva, situando-se sempre acima dos índices de inflação.

As projeções das transferências correntes são detalhadas a seguir:

FPM		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	6.437.794	-
2014	6.943.382	7,85
2015	7.637.720	10,00
2016	8.554.247	12,00
2017	9.248.852	8,12
2018	9.999.858	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual
2015-2018 Receita projetada

ICMS		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	3.077.567	-
2014	2.813.396	(8,58)
2015	3.094.735	10,00
2016	3.466.103	12,00
2017	3.747.551	8,12
2018	4.051.852	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual
2015-2018 Receita projetada

IPI		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	55.523	-
2014	51.270	(7,66)
2015	53.833	5,00
2016	58.302	8,30
2017	63.036	8,12
2018	68.154	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual
2015-2018 Receita projetada





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

IPVA

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	183.962	-
2014	215.160	16,96
2015	225.918	5,00
2016	244.669	8,30
2017	264.537	8,12
2018	286.017	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

SUS

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	579.432	-
2014	655.689	13,16
2015	688.474	5,00
2016	771.090	12,00
2017	833.703	8,12
2018	901.400	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

FUNDEB

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	2.123.081	-
2014	2.225.416	4,82
2015	2.447.958	10,00
2016	2.741.713	12,00
2017	2.964.340	8,12
2018	3.205.044	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

Outras Transferências Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	601.103	-





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

2014	876.059	45,74
2015	962.498	9,87
2016	1.076.555	11,85
2017	1.163.971	8,12
2018	1.258.485	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

f) Outras Receitas Correntes:

São incluídas neste grupo de receitas as multas, os juros, as indenizações e restituições, a dívida ativa e outras.

De acordo com o histórico recente de arrecadação das outras receitas correntes foram projetados os valores para 2016 a 2018.

Outras Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	12.819	-
2014	85.963	570,57
2015	90.261	5,00
2016	97.753	8,30
2017	105.691	8,12
2018	114.273	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

1.2.1.2. Receitas de Capital

Esta categoria econômica de receita compreende as operações de crédito, a alienação de bens, as transferências de capital e outras.

São estimados os seguintes valores para o período 2016 a 2018:

Receitas de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

2013	133.458	-
2014	691.313	418,00
2015	725.879	5,00
2016	3.780.000	420,75
2017	4.086.936	8,12
2018	4.418.795	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

a) Operações de Crédito

Está previsto para 2016 a 2018 a contratação de operações de crédito para financiar programas nas áreas de infraestrutura.

Operações de Crédito

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	-	-
2014	-	-
2015	-	-
2016	200.000	-
2017	216.240	8,12
2018	233.799	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

b) Alienações de Bens:

Para o período de 2016 a 2018 são previstos os seguintes valores relativos à alienação de bens móveis:

Alienação de Bens

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	17.500	-
2014	78.529	348,74
2015	82.455	5,00
2016	80.000	(2,98)
2017	86.496	8,12
2018	93.519	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

c) Transferências de Capital:

De acordo com as metas constantes do Plano Plurianual do Município de Volta Grande, para o quadriênio 2014/2017, são projetados os seguintes valores de transferências de convênios firmados com a União e o Estado de Minas Gerais para investimentos em programas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e infra-estrutura.

Transferências de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	115.958	-
2014	612.784	428,45
2015	643.423	5,00
2016	3.500.000	443,97
2017	3.784.200	8,12
2018	4.091.477	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

1.2.2. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas

As metas anuais de despesas do Município de Volta Grande/MG foram projetadas de acordo com as estimativas de receita, objetivando o equilíbrio orçamentário financeiro e com base nas seguintes despesas orçamentárias:

Total de Despesas

Especificação	Valores nominais		
	2016	2017	2018
DESPESAS CORRENTES	14.563.917	15.747.319	17.026.814
Pessoal e Encargos	7.840.855	8.477.533	9.165.908
Juros e Encargos da Dívida	1.374	1.485	1.606
Outras Despesas Correntes	6.721.688	7.268.301	7.859.299
DESPESAS DE CAPITAL	4.596.083	4.969.285	5.372.791
Investimentos	4.480.000	4.843.776	5.237.091
Inversões Financeiras			





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

Amortização da Dívida Contratada	116.083	125.509	135.700
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000	10.000	10.000
TOTAL	19.170.000	20.726.604	22.409.605

As descrições seguintes apresentam a metodologia e o cálculo das fontes de despesas do Município:

1.2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes são as aquelas que se realizam de forma contínua, uma vez que estão ligadas à manutenção da ação governamental.

Compreendem as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

Os valores realizados de 2013 a 2014 e os previstos para 2015 a 2018 são apresentados na seguinte tabela:

Despesas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	11.875.383	-
2014	12.853.840	8,24
2015	13.739.628	6,89
2016	14.563.917	6,00
2017	15.747.319	8,13
2018	17.026.814	8,13

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

a) Despesas de Pessoal e Encargos:

As despesas com pessoal e encargos sociais foram projetadas pela Administração Municipal com base nos valores gastos em 2014 e considerados o crescimento vegetativo da folha de pagamento, o reajuste anual e o preenchimento de cargos públicos necessários à ampliação, expansão ou criação de ação governamental.





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	6.960.767	-
2014	6.895.160	(0,94)
2015	7.239.918	5,00
2016	7.840.855	8,30
2017	8.477.533	8,12
2018	9.165.908	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

b) Juros e Encargos da Dívida:

Os valores realizados em 2013 e 2014, bem como os estimados para o período de 2015 a 2018 são apresentados a seguir:

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	-	-
2014	1.208	-
2015	1.269	5,00
2016	1.374	8,30
2017	1.485	8,12
2018	1.606	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

c) Outras Despesas Correntes:

São incluídas neste grupo de despesas orçamentárias a aquisição de material de consumo, o pagamento de diárias, as contribuições e subvenções, a contratação de serviços terceiros, o pagamento de auxílio-alimentação, além de outras despesas.

Sua projeção teve como parâmetro os valores gastos nos anos recentes.

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

2013	4.914.615	-
2014	5.957.471	21,22
2015	6.498.441	9,08
2016	6.721.688	3,44
2017	7.268.301	8,13
2018	7.859.299	8,13

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

1.2.2.2. Despesas de Capital

Compreendem as despesas de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

As metas anuais de Despesas de Capital para o triênio 2016 a 2018 é a que segue:

Despesas de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	342.471	-
2014	728.319	112,67
2015	764.735	5,00
2016	4.596.083	501,00
2017	4.969.285	8,12
2018	5.372.791	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

a) Investimentos:

As projeções anuais para estes 2 grupos da despesa foram calculadas a partir das metas do Plano Plurianual do Município de Volta Grande/MG, período 2014/2017 e são apresentadas abaixo:

Investimentos		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	247.082	-





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

2014	626.237	153,45
2015	657.549	5,00
2016	4.480.000	581,32
2017	4.843.776	8,12
2018	5.237.091	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

b) Amortização da Dívida:

Para previsão dos valores de pagamento da dívida foram considerados os contratos em vigor da Administração Direta e Indireta, incluindo o parcelamento do INSS.

Amortização da Dívida		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2013	95.389	-
2014	102.082	7,02
2015	107.186	5,00
2016	116.083	8,30
2017	125.509	8,12
2018	135.700	8,12

Fonte: 2013-2014 Prestação de Contas Anual

2015-2018 Receita projetada

1.2.3. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

Em atendimento ao art. 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal, a tabela a seguir demonstra as metas de resultados primários projetados para o Município de Volta Grande/MG, para o exercício financeiro a que se refere à LDO e para os dois subsequentes.

Os dados relativos a receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional/STN, relativas às normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público/CASP.

Meta Fiscal - Resultado Primário

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Valores nominais
RECEITAS CORRENTES (1)	13.716.614	14.593.934	15.985.825	17.859.970	19.310.200	20.878.188	
Receitas Tributárias	366.199	408.974	449.871	487.212	526.773	569.547	
Receitas de Contribuições	144.474	182.833	191.975	207.909	224.792	243.045	
Receitas Patrimoniais							
Aplicações Financeiras (2)	18.678	47.079	49.433	53.536	57.883	62.583	
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	
Receitas de Serviços	115.981	88.714	93.149	100.881	109.073	117.929	
Transferências Correntes	13.058.462	13.780.371	15.111.136	16.912.679	18.285.989	19.770.811	
Outras Receitas Correntes	12.819	85.963	90.261	97.753	105.691	114.273	
DEDUÇÃO FUNDEB (3)	(1.901.595)	(1.951.697)	(2.207.341)	(2.469.970)	(2.670.532)	(2.887.379)	
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (4) = (1 - 2 - 3)	11.796.340	12.595.158	13.729.052	15.336.464	16.581.785	17.928.226	
RECEITAS DE CAPITAL (5)	133.458	691.313	725.879	3.780.000	4.086.936	4.418.795	
Operações de Crédito (6)	-	-	-	200.000	216.240	233.799	
Alienações de Bens (7)	17.500	78.529	82.455	80.000	86.496	93.519	
Transferências de Capital	115.958	612.784	643.423	3.500.000	3.784.200	4.091.477	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (8) = (5 - 6 - 7)	115.958	612.784	643.423	3.500.000	3.784.200	4.091.477	
RECEITAS PRIMÁRIAS (9) = (4 + 8)	11.912.299	13.207.942	14.372.475	18.836.464	20.365.985	22.019.703	
DESPESAS CORRENTES (10)	11.875.383	12.853.840	13.739.628	14.563.917	15.747.319	17.026.814	
Pessoal e Encargos	6.960.767	6.895.160	7.239.918	7.840.855	8.477.533	9.165.908	
Juros e Encargos da Dívida (11)	-	1.208	1.269	1.374	1.485	1.606	
Outras Despesas Correntes	4.914.615	5.957.471	6.498.441	6.721.688	7.268.301	7.859.299	
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (12) = (10 - 11)	11.875.383	12.852.632	13.738.360	14.562.543	15.745.834	17.025.208	
DESPESAS DE CAPITAL (13)	342.471	728.319	764.735	4.596.083	4.969.285	5.372.791	
Investimentos	247.082	626.237	657.549	4.480.000	4.843.776	5.237.091	





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Contratada (14)	95.389	102.082	107.186	116.083	125.509	135.700
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (15) = (13 - 14)	247.082	626.237	657.549	4.480.000	4.843.776	5.237.091
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (16)	-	-	-	10.000	10.000	10.000
DESPESAS PRIMÁRIAS (17) = (12 + 15 + 16)	12.122.465	13.478.869	14.395.909	19.052.543	20.599.610	22.272.298
RESULTADO PRIMÁRIO (9 - 17)	(210.167)	(270.927)	(23.434)	(216.079)	(233.625)	(252.595)

1.2.4. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

O Resultado Nominal mede a variação anual do estoque da dívida pública.

Em conformidade com o art. 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal, trazemos a seguir os resultados nominais apurados em 2013 e 2014 e os projetados para 2015 a 2018.

Meta Fiscal - Resultado Nominal

Especificação	Valores nominais					
	2013 (b)	2014 (c)	2015 (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (1)	113.298	72.104	-37.187	37.534	122.986	220.322
DEDUÇÕES (2)	-774.232	-890.683	-935.484	-978.516	-1.023.528	-1.070.610
Ativo Disponível	460.732	453.515	476.327	498.238	521.157	545.131
Haveres Financeiros	22.682	39.913	41.921	43.849	45.866	47.976
(-) Restos a Pagar Processados	1.257.646	1.384.111	1.453.732	1.520.603	1.590.551	1.663.717
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (3) = (1 - 2)	887.530	962.786	898.297	1.016.050	1.146.514	1.290.932
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (4)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (5)	72.104	7.112	6.401	6.721	7.057	7.410
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (3 + 4 - 5)	815.426	955.674	891.896	1.009.329	1.139.457	1.283.522
RESULTADO NOMINAL	(b - a*) -59.577	(c - b) 140.248	(d - c) -63.779	(e - d) 117.433	(f - e) 130.128	(g - f) 144.065

O cálculo das metas anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado de acordo com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela Secretaria de Tesouro Nacional/STN.

1.2.5. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

A Dívida Consolidada Líquida corresponde à dívida pública consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Em atendimento ao art. 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentamos a seguir a Dívida Consolidada Líquida do Município de Volta Grande/MG, em conformidade com o Anexo 9 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, data-base 31/12/2013 e 31/12/2014 e a prevista para o período de 2015 a 2018.

Meta Fiscal - Montante da Dívida

Especificação	Valores nominais					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (1)	113.298	72.104	-37.187	37.534	122.986	220.322
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	113.298	72.104	-37.187	37.534	122.986	220.322
DEDUÇÕES (2)	-774.232	-890.683	-935.484	-978.516	-1.023.528	-1.070.610
Ativo Disponível	460.732	453.515	476.327	498.238	521.157	545.131
Haveres Financeiros	22.682	39.913	41.921	43.849	45.866	47.976
(-) Restos a Pagar Processados	1.257.646	1.384.111	1.453.732	1.520.603	1.590.551	1.663.717
DCL (3) = (1 - 2)	887.530	962.786	898.297	1.016.050	1.146.514	1.290.932

2. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

O demonstrativo a seguir apresenta o comparativo entre as metas de receita, despesa, montante da dívida, resultado primário e resultado nominal, fixadas para 2014, e os valores efetivamente verificados no exercício.

MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior 2016

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2014 (a)	% PIB	Metas Realizadas 2014 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	14.439.335	-	13.333.550	-	(1.105.785)	(7,66)



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

Receitas Primárias (I)	14.314.364	-	13.207.942	-	(1.106.422)	(7,73)
Despesa Total	14.439.335	-	13.582.159	-	(857.176)	(5,94)
Despesas Primárias (II)	14.323.624	-	13.478.869	-	(844.755)	(5,90)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(9.260)	-	(270.927)	-	(261.667)	2.825,78
Resultado Nominal	(103.737)	-	140.248	-	243.985	(235,20)
Dívida Pública Consolidada	-	-	72.104	-	72.104	-
Dívida Consolidada Líquida	-	-	962.786	-	962.786	-

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, data-base 31/12/2014

Nota: PIB Estadual de 2014 não divulgado

3. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

De acordo com o § 2º, inciso II, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, compõe, ainda, o Anexo de Metas Fiscais, o comparativo das Metas Anuais fixadas nos três exercícios anteriores com as projetadas para os três exercícios subsequentes.

MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores

2016

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	13.258.540	14.439.335	8,91	17.950.000	24,31	19.170.000	6,80	20.726.604	8,12	22.409.605	8,12
Receitas Primárias (1)	13.125.652	14.314.364	9,06	17.657.860	23,36	18.836.464	6,67	20.365.985	8,12	22.019.703	8,12
Despesa Total	13.258.540	14.439.335	8,91	17.950.000	24,31	19.170.000	6,80	20.726.604	8,12	22.409.605	8,12
Despesas Primárias (2)	13.142.487	14.323.624	8,99	17.847.462	24,60	19.052.543	6,75	20.599.610	8,12	22.272.298	8,12
Resultado Primário (3) = (1 - 2)	(16.835)	(9.260)	(45,00)	(189.602)	1.947,54	(216.079)	13,96	(233.625)	8,12	(252.595)	8,12
Resultado Nominal	(98.623)	(103.737)	5,19	134.800	(229,94)	117.433	(13)	130.128	10,81	144.065	10,71
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	112.796	-	37.534	(66,72)	122.986	227,67	220.322	79,14
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	1.016.050	-	1.146.514	12,84	1.290.932	12,60

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	15.112.922	15.468.860	2,36	17.950.000	16,04	18.000.000	0,28	18.273.803	1,52	18.551.771	1,52
Receitas Primárias (1)	14.961.448	15.334.978	2,50	17.657.860	15,15	17.686.821	0,16	17.955.860	1,52	18.228.991	1,52





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

Despesa Total	15.112.922	15.468.860	2,36	17.950.000	16,04	18.000.000	0,28	18.273.803	1,52	18.651.771	1,52
Despesas Primárias (2)	14.980.637	15.344.898	2,43	17.847.462	16,31	17.889.712	0,24	18.161.837	1,52	18.438.102	1,52
Resultado Primário (3) = (1 - 2)	(19.190)	(9.920)	(48,30)	(189.602)	1.811,26	(202.891)	7,01	(205.978)	1,52	(209.111)	1,52
Resultado Nominal	(112.417)	(111.133)	(1,14)	134.800	(221,30)	110.266	(18)	114.729	4,05	119.264	3,95
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	112.796	-	35.243	(68,76)	108.432	207,67	182.393	68,21
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	954.037	-	1.010.835	5,95	1.068.697	5,72

A parte superior da tabela apresenta as metas fixadas em valores correntes, enquanto que a parte inferior da tabela expressa o comparativo a preços constantes 2014, adotando-se as seguintes variações anuais para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, como fator de atualização dos valores.

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

Índices de Inflação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	5,91	6,40	7,13	6,50	6,50	6,50

Nota: 2015 - 2018 inflação média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE

4. Evolução do Patrimônio Líquido

Em atendimento ao § 2º, inciso II, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentamos a Evolução do Patrimônio Líquido do Município de Volta Grande nos anos de 2012 a 2014.

MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Evolução do Patrimônio Líquido
2016

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	6.235.769	100	6.180.413	100	5.457.793	100
TOTAL	6.235.769	100	6.180.413	100	5.457.793	100





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

5. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Este demonstrativo tem como finalidade destacar a receita de capital oriunda da alienação de ativos, bem como sua aplicação em despesa de capital nos exercícios de 2012 a 2014 em consonância com o inciso III, § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme disposto no Art. 44 da referida lei, é vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

2016

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2013 (b)	2012 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (1)	78.529	17.500	38.100
Alienação de Bens Móveis	78.529	17.500	38.100
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2014 (d)	2013 (e)	2012 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (2)	80.357	5.095	31.248
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	80.357	5.095	31.248
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2014 (g) = (1a - d2) + 3h	2013 (h) = (1b - 2e) + 3i	2012 (i) = (1c - 2f)
VALOR (3)	17.428	19.256	6.852

Fonte: Anexo 13 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, DATA-BASE 31/12/2014.

6. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

6



Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 14, § 1º estabelece: "a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado". Na mesma norma se define também que a concessão ou ampliação de incentivo fiscal do qual decorra renúncia de receita deve atender alternativamente a um dos seguintes critérios: estar prevista na projeção orçamentária constante das metas fiscais estipuladas ou, em caso negativo, ser acompanhada de medida de compensação, de forma a não comprometer tais metas.

Para o triênio 2016/2018 não está previsto a concessão de benefícios fiscais que representem renúncia de receita.

MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2016

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
TOTAL			0	0	0	0

7. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar n.º 101/2000, LRF, define no art. 17 despesa obrigatória de caráter continuado (DOCC) como "a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios".





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

Para o exercício de 2016, a referida cobertura dar-se-á mediante o aumento permanente de receita, considerando o crescimento real da atividade econômica refletido diretamente na arrecadação municipal.

Nessa apuração foi aplicada a taxa de crescimento esperada para o PIB Nacional de 2%, obtendo-se uma margem de R\$ 314.335,00, para cobertura das despesas obrigatórias de caráter continuado.

ANEXO DE METAS FISCAIS

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

2016

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto
Aumento Permanente da Receita	357.199
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	42.864
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (1)	314.335
Redução Permanente de Despesa (2)	-
Margem Bruta (3) = (1+2)	314.335
Saldo Utilizado da Margem Bruta (4)	-
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (5) = (3-4)	314.335

Nota: A Lei Complementar nº 101 define no art. 17, despesa obrigatória de caráter continuado (DOCC) como "a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios"

Para o exercício de 2016, a referida cobertura dar-se-á mediante o aumento permanente de receita, considerando o crescimento real da atividade econômica refletido diretamente na arrecadação municipal.

Nessa apuração foi aplicada a taxa de crescimento esperada para 2016 do PIB Nacional de 2%, obtendo-se uma margem para cobertura das DOCC de R\$ 314.335,00





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais

Terra do Cineasta Humberto Mauro

MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE

Anexo III

Riscos Fiscais

LDO 2016





Prefeitura de Volta Grande

Minas Gerais
Terra do Cineasta Humberto Mauro

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016 ANEXO III RISCOS FISCAIS

Em conformidade com o art. 4º, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000) e com o disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 637, de 18 de outubro de 2012, apresenta-se o Anexo de Metas Riscos do Município de Volta Grande/MG.

MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
2016

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas judiciais		- Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas	
Dívidas em processo de reconhecimento		- discricionárias	
Avals e garantias concedidas		- Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	10.000
Assunção de passivos			
Assistências diversas			
Outros passivos contingentes	10.000		
SUBTOTAL	10.000	SUBTOTAL	10.000
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustraçao de arrecadação		- Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas	
Restituição de tributos a maior		- discricionárias	
Discrepância de projeções		- Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	10.000	TOTAL	10.000

